

Malan refere-se àquilo que a inflação escondia, que a indexação permitia driblar e que hoje está aí a exigir, na opinião dele, soluções criativas por parte dos governantes.

Ele repete o que vem dizendo há tempos: se de um lado considera que não pode ignorar completamente as dificuldades vividas pelos governadores, de outro continua firme no propósito de achar "inaceitável" que o governo federal seja encarado como o único responsável por todas as soluções.

Nessa altura já estamos falando a respeito da possibilidade de os governadores irem bater à porta do Tesouro para fazer frente às promessas de aumentos para as polícias e a outras demandas do funcionalismo que, é certo, não demorarão a surgir. Malan não faz concessões ao meio-tom: "Não se pode imaginar que as contas serão pagas pelo governo federal nem se pode deixar que voltem a ser pagas pelo povo mais pobre com a volta da inflação."

Não é assim um "virem-se" para os governadores — o ministro faz questão de ressalvar. Mas, convenhamos, é quase.

Malan louva o exemplo do governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, que propôs um aumento na cobrança do ICMS como forma de criar receita para poder aumentar salários. "É isso o que se faz nas sociedades desenvolvidas, onde todos têm a perfeita noção de que as contas são pagas pela coletividade, que o Estado não é um ente à parte, e que despesas só podem ser aumentadas se o dinheiro sair de algum lugar."

Na opinião dele, além de propostas como a de Britto, há outras fontes de onde sair. Lembra a bem-sucedida venda da Coelba, na Bahia, e outros exemplos de venda de patrimônios estatais que podem vir a ser — e certamente serão, na visão dele — uma boa solução futura para que os estados ajustem suas contas.

Se não for assim, o ministro enxerga nítido o perigo de que, devagar e sorrateira, a inflação volte com o beneplácito dos que valiam-se de suas facilidades para viver numa situação que ele classifica de "insidiosa". A palavra "viver" foi usada onde poderia estar escrito "governar", justamente porque Pedro Malan não confere apenas ao governante ou ao político o vício de pensar inflacionariamente e de se revoltar diante das dificuldades causadas por sua ausência.

"Essa é uma mentalidade profundamente arraigada na vida brasileira e que leva muito tempo para desaparecer. As pessoas esperam gestos magnânimos do Estado que imaginam tudo poder, sem tomar consciência de que só a conjunção de esforços é que vai nos transformar num país normal."

E agora, que ficou bem claro o papel que a loucura inflacionária cumpria — o de um fingidor de confortável e imperceptível crueldade —, Malan sonha, esperançoso como Borges, que o futuro de estabilidade siga consolidando-se como presente a cada dia, permitindo que da memória brasileira se apague definitivamente o passado da inflação.

Fonte: Jornal do Brasil

## COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

# Malan sonha com país "normal"

Sexta-feira à tarde, numa Brasília de mordorrido final de recesso, Congresso às moscas, Planalto sem presidente, Esplanada igualmente plena de ausências, no gabinete do ministro da Fazenda não se fala de banda cambial, debêntures, muito menos de fluxos disso ou de inversões daquilo.

O assunto é o escritor argentino Jorge Luis Borges, que, num de seus textos mais caros a Malan, escreveu a frase que hoje é seu lema no atroz e fascinante ofício de fazer do Brasil uma nação definitivamente sem inflação: "A esperança é a memória do futuro."

E é sobre esse sonho, essa esperança de que este venha a ser no futuro o país "normal" que não foi enquanto manteve o título de campeão mundial da inflação acumulada em 30 anos, que Pedro Malan fala surpreendentemente solto sem fazer uma única concessão à aridez da economia. Apenas por um instante pega a caneta para ensaiar rabiscos naquele estranho idioma. Mesmo assim, só o faz depois de apresentar escusas.

O assunto em pauta que acabou por reviver Borges é a situação financeira dos estados, na opinião do ministro muito menos negra do que pintam os governadores. Dificuldades? "São enormes", reconhece. Mas os problemas enfrentados em cada uma das 27 unidades da Federação não são muito diferentes daqueles vividos pelo governo federal.

A União, diz, conta com a única vantagem de poder emitir moeda. Mas como dessa prerrogativa não lança mão, estão o presidente da República, o ministro da Fazenda, os governadores e o distinto público em geral no mesmo barco.

A questão é, portanto, como evitar o naufrágio coletivo. Na visão de Malan, o mais perigoso e permanentemente à espreita é a volta da inflação. Cuja ausência, ele concorda, causa dores, revela uma realidade absolutamente desagradável de ser vista a olho nu.

O ministro não está falando aqui da miséria, da violência, do desemprego, da injustiça social. "Por mais que queiram atribuir esses males ao Real, é evidente que essas são dificuldades seculares nossas."

**"Nas nações desenvolvidas, as pessoas têm a exata noção de que contas são pagas por todos."**  
**(Pedro Malan)**